
POTENCIAL DE CONSUMO DE MERCADOS REGIONAIS

“Só tem uma coisa pior que um gênio que gosta de dar conselhos e pensa que é consultor: é conviver com um consultor que pensa que é gênio...”

I – Introdução

A média anual de crescimento econômico do Brasil nas duas últimas décadas foi inferior a 2,1 %, o que praticamente deixou estagnada a nossa renda percapita. Este é o resultado do agregado da economia, o que pode levar a conclusão de que o fato se repetiu por todas as regiões. Porém, as estatísticas decompostas por regiões revelam que algumas atravessaram incólumes - e até em forte expansão - os anos de crescimento medíocre, enquanto outras foram severamente afetadas. Neste sentido, mais do que “décadas perdidas”, os anos 80 e 90 devem ser considerados como a fase da mudança do eixo econômico e dos fatores propulsores do crescimento. O esgotamento das grandes cidades do Sudeste contrasta com a expansão de cidades médias do interior rural. Os próximos anos serão marcados pela consolidação da fantástica mudança espacial da geração de renda e consumo, com a migração de investimentos, de população ativa, e das grandes oportunidades de novos negócios para as empresas e de melhoria de qualidade de vida para a população. Em termos comparativos, este movimento, pela sua magnitude e impactos futuros, encontra poucos paralelos bem sucedidos. Um deles é a colonização, ocupação de espaços e abertura de novas fronteiras observado nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX e início do seguinte, e o outro, na conquista do território e redesenho das fronteiras do Brasil nos séculos XVI e XVII.

Este relatório discute o deslocamento espacial do poder de compra, identificando as novas áreas de aumento do consumo potencial. A análise

espacial permite estabelecer estratégias diferenciadas para as atividades das empresas, expandindo ou implantando novas unidades de negócio nas regiões em crescimento mais intenso, e retraindo ou congelando as atividades nas regiões em contração ou com baixo crescimento.

Para esta análise regional, adotamos três óticas, cada uma em uma seção específica. A primeira é convencional e utiliza as Contas Nacionais, através da evolução do Produto Interno Bruto agregado e percapita por Estado. A segunda ótica utiliza as estatísticas da Pesquisa de Orçamentos Familiares, do IBGE, decompostas por grupos de bens e serviços. A terceira é mais original, com a geração de indicadores de consumo potencial para bens de consumo durável e não durável. É importante assinalar que a análise regional está baseada unicamente em estatísticas da economia formal, o que subestima o potencial de consumo global. Porém, como o interesse é na decomposição regional, podemos aceitar que os resultados não se modificam com a inclusão da economia informal, desde que a taxa de informalidade (produto informal dividido pelo PIB da região) se mantenha razoavelmente estável nas diversas regiões.

O potencial de consumo da classe de renda C é o assunto da seção V. A última seção compara os resultados e resume os pontos principais da análise.

II – Os novos focos de expansão econômica

A Figura 1 mostra os corredores mais importantes da expansão econômica, baseados nos projetos realizados, em andamento e planejados em infraestrutura. As causas para a implantação destes projetos, privados e públicos, que vão desencadear o crescimento diferenciado da renda entre as regiões são variadas, como a descoberta de recursos naturais estratégicos; investimentos em infraestrutura com forte alavancagem e complementaridade com outros setores; boa administração pública local, capaz de atrair e direcionar a implantação de novos negócios etc. Historicamente, o Estado brasileiro foi o grande coordenador do crescimento econômico até o final da década de 70. Os fluxos migratórios reagiam aos investimentos públicos em infraestrutura, ou expulsas pelas crises de seca e de catástrofes naturais. Com a exaustão da capacidade de investir do governo central, a orientação do crescimento econômico passou para as mãos privadas.

Centrando atenção na década de 90 e nos dias de hoje, de maior interesse para este texto, foram implantados ou estão em processo, um grande número de projetos e empreendimentos de infraestrutura, integrados a um eixo ou corredor de expansão estratégico.

A logística da infraestrutura em implantação claramente favorece a interiorização (expansão de cidades de médio porte e do seu cinturão de influência), a exploração de regiões antes consideradas com pouco valor econômico (como o cerrado e as margens do Rio São Francisco), e a descentralização setorial (modernização agrícola). Em contraste, as grandes cidades sofrem com o esvaziamento, o empobrecimento e a violência, devido principalmente à exaustão das oportunidades de investimento, deseconomias de escala no deslocamento de pessoas e de produtos, e crescentes dificuldades da administração pública. Como fator extremamente positivo para o Brasil futuro, a capacidade empreendedora já não se concentra apenas nas grandes cidades. A capacidade empreendedora espalha-se pelo interior, e é visível na brutal modernização da agricultura a partir da década de 80. Também, ou mesmo como consequência, os avanços sociais ocorrem com mais frequência nas cidades pequenas e médias, muitas localizadas nas áreas rurais.¹

¹ Um levantamento da Fundação Getúlio Vargas apontou que, de 1996 a 1999, a renda familiar per capita do trabalho nas grandes metrópoles caiu 4,5 % ao ano, na média, contra um aumento médio anual de 6,2 % nas demais áreas.



Figura 1 – Os corredores de expansão econômica em 2000-10

O crescimento econômico diferenciado entre as regiões está relacionado com as diferenças de padrão de vida e de oportunidades. A expectativa de rendas superiores, de oportunidade de ascensão social, de melhor qualidade de vida ou até mesmo o espírito de aventura explicam os grandes movimentos migratórios do Brasil. A primeira corrente migratória do século XX teve sua rota ligando parte da região Norte e Nordeste às principais capitais do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo) e ocorreu a partir dos anos 40. A construção de Brasília incluiu em seguida mais um pólo de atração, principalmente de emigrantes da Região Nordeste (os “candangos”). Esta corrente seria substituída na década de 70, com a migração do Sul em direção ao Norte, com a construção da Transamazônica

e a abertura de áreas novas à agricultura. O fim da década de 70 encerra a fase de movimentos migratórios gerados por expulsão das populações de áreas flageladas por catástrofes climáticas, geralmente pela seca. Foi a fase de inchaço das grandes cidades, com a proliferação de favelas e de problemas sociais, com reflexos até hoje.

Surgem então os movimentos de migração de pessoas, capital e capacidade gerencial motivados pelas diferenças de expectativas de retornos e de oportunidades regionais. Com esta motivação, a terceira onda ocorre na segunda metade dos anos 80, caracterizada por dois movimentos: a intensificação da migração dos sulistas para o Norte e Centro-Oeste e a migração dos moradores das grandes cidades para as de porte médio em fase de crescimento e para as regiões periféricas. Nos anos 90 e nesta primeira década do século XXI, a expansão obedece aos grandes projetos de infraestrutura, no sentido da ocupação do Nordeste irrigável e a consolidação dos projetos de *agribusiness* do Centro-Oeste. Para a próxima década, as novas fronteiras de expansão econômica estarão associadas à exploração mineral e aos projetos extensivos de agropecuária, nas regiões Sudoeste (com imenso potencial agropecuário e também grandes reservas de ouro, diamante, cobre e chumbo, no Mato Grosso de Sul e Rondônia), Noroeste (também com reservas minerais e ocupação estratégica militar do Amazonas, Amapá e Pará), e a integração ao Pacífico através dos corredores de exportação em projetos conjuntos com a Bolívia e o Chile (até Arequipa).

O ciclo atual de expansão econômica é sem dúvida o que oferece as maiores oportunidades de investimentos – tanto domésticos como internacionais. Como a motivação é econômica, vale dizer a expectativa de alto retorno aos investimentos, a ocupação das novas fronteiras será mais racional em termos de aproveitamento dos recursos naturais, menos predatória e com atividades articuladas.

Quais os limites para esta expansão? No tocante ao espaço físico, as possibilidades do Brasil são quase inesgotáveis, considerando a taxa de crescimento populacional – hoje de 1,3 % ao ano – em queda, e o imenso território. Em área, o Brasil ocupa o quinto lugar, após a Federação Russa, Canadá, China e os Estados Unidos, com baixa densidade populacional, grande ociosidade de áreas agriculturáveis (o Brasil explora apenas 7 % da área passível de atividade agrícola), e enormes reservas de água doce. A Figura 2 atualiza o mapa anterior, inserindo setas que reproduzem as correntes de expansão econômica em cada período.

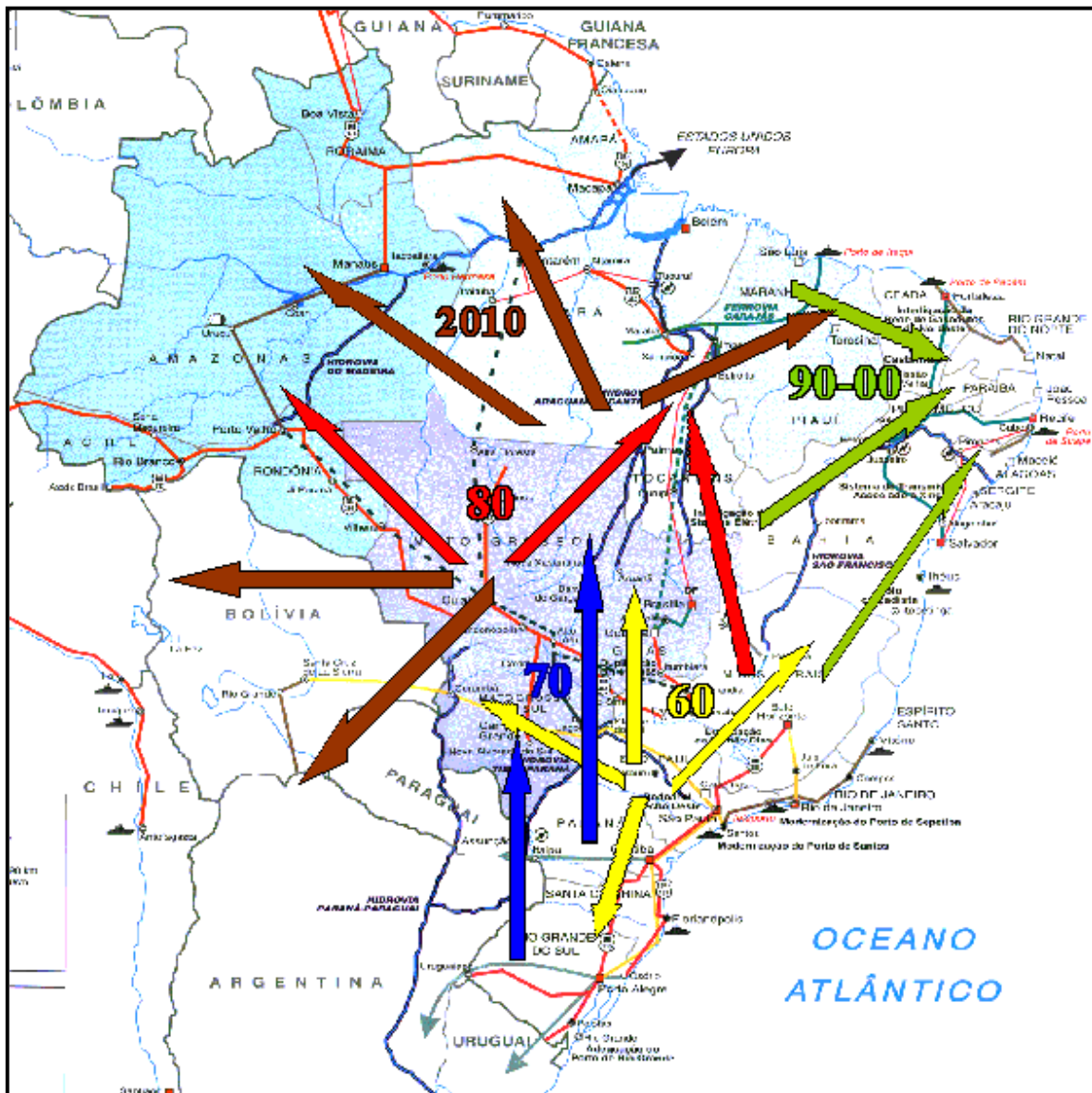


Figura 2 - As correntes de expansão econômica

Tabela 1 – Aspectos populacionais e geográficos, 2000
Países selecionados

	Área, mil km ²	População, milhões hab.	Densidade, Hab./km ²
Federação Russa	17.078	148,1	8,7
China	9.597	1.232,1	128,4
Estados Unidos	9.363	269,4	28,8
Brasil	8.512	169,8	20,0
Roraima	225	1,38	6,1
Rio de Janeiro	44	14,4	326,8
Índia	3.167	944,6	298,2
...
Japão	370	125,4	339,1
Paquistão	804	139,9	174,1
México	1.972	92,7	47,0
Itália	301	57,2	190,0
Inglaterra	244	58,1	238,2
França	544	58,3	107,2
Argentina	2.767	35,2	12,7
Canadá	9.922	29,7	3,0
Bolívia	1.099	7.593	6,9
Israel	20,8	5,7	272,7
Paraguai	406,8	4,9	12,2
Uruguai	176,2	3,2	18,2

Fontes : Nações Unidas e IBGE

Portanto, pelo lado dos recursos naturais não existem obstáculos ao crescimento do Brasil pelas próximas décadas. Neste ensaio exploramos a geração de novos mercados potenciais a partir de tendências de crescimento da renda e dos prováveis efeitos a partir de projetos de infraestrutura em andamento ou planejados até o final da década de 2010. O que virá depois, fica a cargo dos estrategistas e dos grandes eventos internacionais.

O detalhamento dos focos de expansão espacial da renda e do consumo é apresentado em seguida com óticas diversas.

Tabela 2 – Área cultivada e florestas em relação à área agriculturável, %

País	Área cultivada	Florestas
Bangladesh	68	16
Dinamarca	63	12
Hungria	58	17
Índia	57	23
Itália	42	22
Espanha	41	31
França	35	27
Alemanha	31	30
Inglaterra	29	9
Estados Unidos	21	32
Argentina	13	22
México	12	25
Indonésia	11	67
Brasil	7^a	68
Nova Zelândia	2	26

Fonte : FAO/ONU, 1995. ^a Não inclui as áreas de cerrado.

III – A Ótica das Contas Nacionais

Como mencionado antes, a nossa análise de potencial de geração de renda e consumo está baseada nas estatísticas oficiais, que excluem a chamada economia subterrânea ou informal. Diversos cálculos estimam que a economia informal no Brasil é aproximadamente 30-35 % do PIB oficial, com importância relativa similar à da Argentina e pouco maior do que a da Itália.

Tabela 3 - A economia informal em percentual do PIB oficial, 1998-2000

País	% do PIB	País	% do PIB
Alemanha	9	França	23
Argentina	33	Inglaterra	3
Áustria	4	Itália	30
Bélgica	19	Peru	62
BRASIL	30-35	Rússia	55
Dinamarca	6	Suécia	5
Estados Unidos	6	Suíça	2

Fonte : The Economist, fevereiro 2001

Como ponto de partida, a Tabela 4-a reproduz o Produto Interno Bruto oficial, expresso em R\$ bilhões de 2001, decomposto por Estados e Regiões. A escolha de 2001 como base para os dados visa facilitar as comparações estatísticas. Segundo as informações preliminares do IBGE, o PIB a preços de mercado atingiu cerca de R\$ 1,185 trilhões, em 2001. A este valor deve ser acrescida a renda gerada pela economia informal, estimada em R\$ 380-400 bilhões. Portanto, o poder de compra total da economia brasileira seria algo próximo de R\$ 1,6 trilhões, ou cerca de US\$ 730 bilhões.

A principal mudança qualitativa espacial apontada na Tabela 4-b é a perda de importância relativa da região Sudeste, que participou com 58 % do PIB do Brasil em 2001 contra quase 65 % nos anos 1975. São Paulo é responsável por quase 35 % do produto gerado em 2001 em comparação com os 40 % de 1975. Em segundo lugar no *rank* da produção atual, Rio de Janeiro participa com quase 12 %, seguido por Minas Gerais, com aproximadamente 10 %. Nos anos 1975, a participação do Rio de Janeiro era pouco maior de 15 %, e o de Minas Gerais, de 8 %. Ou seja, não só o estado líder São Paulo perdeu participação relativa. O Rio de Janeiro também vêm perdendo posição para

Minas Gerais² e outros estados. As mudanças relativas de outros estados e regiões são também interessantes, embora não chamem tanto a atenção.

As causas para a perda de posição do Rio de Janeiro para Minas Gerais deveram-se a instalações de projetos industriais de grande porte na década de 80, como o da Fiat e um grande número de empresas de autopeças. Aliás, a década de 80 foi caracterizada pela prática do “leilão de incentivos”. Estados como Minas Gerais e Espírito Santo favoreceram a implantação de projetos industriais concedendo subsídios e incentivos generosos. Enquanto isto, São Paulo - que não recorreu a prática - sofreu a queda de importância relativa. É conveniente lembrar que, salvo nos anos de maior retração econômica como em 1981 e 1990, houve crescimento na maioria dos estados da federação, embora a taxas diferenciadas. Os estados com crescimento acima da média estão assinalados em cor azul grifada. Esta notação é adotada também nas tabelas seguintes.

As Tabelas 4 e 5 são auto-explicativas, mas ressaltamos os seguintes números:

- 1- No período 1995-2001, quando o PIB nacional cresceu em média cerca de 2 % ao ano, todos os estados da região Centro-Oeste cresceram entre 2,2 % (Goiás) e 5,2 % (Mato Grosso).
- 2- A segunda região em expansão econômica é o Nordeste, com taxa média anual de 2,6 %, com destaque para Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Maranhão e Ceará.
- 3- O terceiro lugar em crescimento está com estados da região Norte: Rondônia, Roraima e Tocantins, que tiveram crescimento do produto acima de 4 %. Os projetos agrícolas intensivos em capital, a migração de mão de obra sulina e a ajuda do Governo Federal marcam o crescimento destes estados.
- 4- No Sul e Sudeste, as evidências são variadas. Estados com crescimento econômico satisfatório (como Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina) convivem com regiões com crescimento relativo mais modesto (Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo). O crescimento econômico no Paraná, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul tem sua origem na década de 80, na *agribusiness*,

² Estes dados são ainda polêmicos e fornecem conclusões distintas, dependendo da ótica, se agregada ou setorial, e mesmo da fonte dos dados. Se considerarmos a produção industrial, o Rio de Janeiro ainda detém o segundo lugar, seguido por Minas Gerais. Outros detalhes agregados: nos anos 70, o produto industrial do Rio de Janeiro atingia 17% do total, enquanto o de Minas Gerais, pouco mais de 8%. Por estas evidências, o esvaziamento do Rio de Janeiro seria um processo de longo prazo.

e mais recente na Indústria, em ritmo acelerado. Os focos de expansão se deslocam de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, transferindo mão de obra qualificada e investimentos fixos (compra de terras e transferência de equipamentos e maquinaria) para o Centro-Oeste, Norte e estados do Sul.

- 5- as correntes migratórias e o crescimento regional diferenciado atuaram como niveladores das rendas e das oportunidades regionais.

Tabela 4-a
 Produto Interno Bruto, por Estados e regiões.
 Em R\$ bilhões de 2001

Estados e Regiões	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2001 ^a
Sudeste :	347,84	477,45	487,55	527,80	612,70	679,93	690,15
São Paulo	214,98	288,45	292,80	332,12	370,10	407,90	414,04
Rio de Janeiro	82,05	105,41	102,91	97,41	120,16	137,13	139,20
Minas Gerais	45,24	72,32	77,93	83,39	101,68	112,36	114,05
Espírito Santo	5,57	11,27	13,91	14,88	20,76	22,52	22,86
Sul	96,02	130,17	138,60	163,40	186,66	207,16	210,27
Rio Grande do Sul	45,72	60,80	63,84	72,97	86,64	90,42	91,78
Paraná	35,18	44,20	47,97	56,93	61,96	73,97	75,08
Santa Catarina	15,12	25,17	26,79	33,50	38,06	42,77	43,41
Nordeste	59,39	91,85	114,31	115,40	133,36	153,03	155,33
Bahia	19,84	33,25	43,37	40,32	43,23	50,39	51,14
Pernambuco	14,44	19,42	21,24	23,86	28,20	31,19	31,66
Ceará	6,92	11,83	13,96	14,53	20,18	23,39	23,74
Paraíba	3,72	5,02	5,82	7,58	8,60	9,51	9,66
Maranhão	3,91	6,50	6,02	7,16	8,18	9,49	9,63
Rio Grande Norte	3,14	4,87	6,33	6,44	7,63	9,17	9,30
Piauí	1,92	2,89	3,19	4,02	5,13	5,67	5,76
Alagoas	3,36	5,09	6,95	6,34	6,52	7,71	7,82
Sergipe	2,14	2,99	7,45	5,16	5,70	6,51	6,61
Centro-Oeste	22,06	41,53	38,95	46,28	62,35	75,20	76,33
Goiás	8,18	13,10	14,63	15,72	19,18	21,49	21,81
Distrito Federal	7,36	15,36	11,07	14,45	21,36	26,62	27,02
Mato Grosso	2,29	4,66	5,57	7,49	10,51	14,03	14,24
Mato Grosso do Sul	4,23	8,40	7,69	8,61	11,29	13,07	13,26
Norte	10,99	25,65	32,44	44,29	48,38	51,91	52,69
Pará	5,50	11,93	12,34	18,46	19,51	19,98	20,28
Amazonas	3,97	8,50	12,34	16,32	17,75	18,65	18,93
Rondônia	0,63	2,08	3,85	4,39	4,78	6,02	6,11
Tocantins	-	1,31	1,32	1,42	1,98	2,52	2,56
Acre	0,41	0,89	1,06	1,24	1,61	1,87	1,89
Amapá	0,32	0,63	0,98	1,44	1,99	1,90	1,93
Roraima	0,17	0,32	0,55	1,01	0,76	0,98	0,99
Brasil	536,30	766,64	811,87	897,16	1043,4	1167,2	1184,8

Fontes: Fundação Getúlio Vargas e IBGE. ^a Preliminar.

Tabela 4-b
 Produto Interno Bruto, por Estados e regiões.
 Participação no total, %

Estados e Regiões	1975	1980	1985	1990	1995	2001 ^a
Sudeste :	64,86	62,28	60,05	58,83	58,72	58,25
São Paulo	40,09	37,63	36,07	37,02	35,47	34,95
Rio de Janeiro	15,30	13,75	12,68	10,86	11,52	11,75
Minas Gerais	8,44	9,43	9,60	9,29	9,74	9,63
Espírito Santo	1,04	1,47	1,71	1,66	1,99	1,93
Sul	17,90	16,98	17,07	18,21	17,89	17,75
Rio Grande do Sul	8,53	7,93	7,86	8,13	8,30	7,75
Paraná	6,56	5,77	5,91	6,35	5,94	6,34
Santa Catarina	2,82	3,28	3,30	3,73	3,65	3,66
Nordeste	11,07	11,98	14,08	12,86	12,78	13,11
Bahia	3,70	4,34	5,34	4,49	4,14	4,32
Pernambuco	2,69	2,53	2,62	2,66	2,70	2,67
Ceará	1,29	1,54	1,72	1,62	1,93	2,00
Paraíba	0,69	0,65	0,72	0,85	0,82	0,82
Maranhão	0,73	0,85	0,74	0,80	0,78	0,81
Rio Grande Norte	0,59	0,64	0,78	0,72	0,73	0,79
Piauí	0,36	0,38	0,39	0,45	0,49	0,49
Alagoas	0,63	0,66	0,86	0,71	0,62	0,66
Sergipe	0,40	0,39	0,92	0,57	0,55	0,56
Centro-Oeste	4,11	5,42	4,80	5,16	5,98	6,44
Goiás	1,52	1,71	1,80	1,75	1,84	1,84
Distrito Federal	1,37	2,00	1,36	1,61	2,05	2,28
Mato Grosso	0,43	0,61	0,69	0,83	1,01	1,20
Mato Grosso do Sul	0,79	1,10	0,95	0,96	1,08	1,12
Norte	2,05	3,35	4,00	4,94	4,64	4,45
Pará	1,03	1,56	1,52	2,06	1,87	1,71
Amazonas	0,74	1,11	1,52	1,82	1,70	1,60
Rondônia	0,12	0,27	0,47	0,49	0,46	0,52
Tocantins	...	0,17	0,16	0,16	0,19	0,22
Acre	0,08	0,12	0,13	0,14	0,15	0,16
Amapá	0,06	0,08	0,12	0,16	0,19	0,16
Roraima	0,03	0,04	0,07	0,11	0,07	0,08
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: Fundação Getúlio Vargas e IBGE. ^a Preliminar.

Tabela 5
Taxas médias de crescimento anual do Produto Interno Bruto real, %

Estados e Regiões	1975/80	1980/85	1985/90	1990/95	1995/00	1995/01
Sudeste	6,54	0,42	1,60	3,03	2,10	2,00
São Paulo	6,06	0,30	2,55	2,19	1,96	1,89
Rio de Janeiro	5,14	-0,48	-1,09	<u>4,29</u>	<u>2,68</u>	<u>2,48</u>
Minas Gerais	9,83	1,51	1,36	4,05	2,02	1,93
Espírito Santo	15,14	4,30	1,35	6,89	1,64	1,62
Sul	6,27	1,26	3,35	2,70	2,11	2,01
Rio Grande do Sul	5,86	0,98	2,71	<u>3,49</u>	0,86	0,97
Paraná	4,67	1,65	3,48	1,71	<u>3,61</u>	<u>3,25</u>
Santa Catarina	10,73	1,25	4,57	2,59	<u>2,36</u>	<u>2,21</u>
Nordeste	9,11	4,47	0,19	2,93	2,79	2,57
Bahia	10,88	5,46	-1,45	1,40	<u>3,11</u>	<u>2,84</u>
Pernambuco	6,11	1,80	2,35	<u>3,40</u>	2,04	1,95
Ceará	11,31	3,37	0,80	<u>6,79</u>	<u>3,00</u>	<u>2,75</u>
Paraíba	6,17	3,00	5,44	2,54	2,05	1,96
Maranhão	10,68	-1,53	3,54	2,69	<u>3,03</u>	<u>2,77</u>
Rio Grande do Norte	9,19	5,37	0,37	<u>3,45</u>	<u>3,73</u>	<u>3,35</u>
Piauí	8,48	2,04	4,70	<u>5,03</u>	2,02	1,93
Alagoas	8,64	6,42	-1,81	0,56	<u>3,40</u>	<u>3,08</u>
Sergipe	6,93	20,04	-7,09	2,04	<u>2,69</u>	<u>2,49</u>
Centro-Oeste	13,49	-1,27	3,51	6,14	3,82	3,43
Goiás	9,89	2,22	1,46	<u>4,05</u>	<u>2,30</u>	<u>2,17</u>
Distrito Federal	15,85	-6,34	5,48	<u>8,13</u>	<u>4,50</u>	<u>3,99</u>
Mato Grosso	15,25	3,62	6,11	<u>7,02</u>	<u>5,94</u>	<u>5,19</u>
Mato Grosso do Sul	-	-1,76	2,29	<u>5,58</u>	<u>2,96</u>	<u>2,71</u>
Norte	18,47	4,81	6,42	1,78	1,42	1,43
Pará	16,75	0,69	8,39	1,11	0,48	0,65
Amazonas	16,45	7,74	5,74	1,70	0,99	1,07
Rondônia	27,06	13,15	2,68	1,69	<u>4,73</u>	<u>4,19</u>
Tocantins	-	-	1,41	<u>6,89</u>	<u>4,99</u>	<u>4,40</u>
Acre	16,97	3,40	3,28	<u>5,27</u>	<u>3,04</u>	<u>2,78</u>
Amapá	14,60	9,34	8,12	<u>6,67</u>	-0,99	-0,58
Roraima	13,05	11,51	12,85	-5,52	<u>5,28</u>	<u>4,64</u>
Brasil	7,41	1,15	2,02	3,07	2,27	2,14

Fonte : Tabela 4-a.

Sob o ponto de vista de nossa análise, seria esperado que as regiões com maior renda e crescimento relativo tivessem maior crescimento populacional do que as demais regiões, à medida que atraem fluxos migratórios. E não é outra a mensagem das tabelas seguintes.

Tabela 6 - População por Estados e Regiões
Em milhões de habitantes

Estados e Regiões	1975	1980	1985	1990	1995	1999	2000	2001 ^a
Sudeste	45,41	51,73	56,88	61,66	66,27	69,96	72,39	73,47
São Paulo	21,1	25,04	28,09	30,95	33,68	35,63	37,01	37,61
Rio de Janeiro	10,08	11,29	12,01	12,66	13,30	14,00	14,38	14,57
Minas Gerais	12,4	13,38	14,49	15,51	16,51	17,41	17,89	18,13
Espírito Santo	1,8	2,02	2,29	2,54	2,77	2,93	3,10	3,16
Sul	17,72	19,03	20,49	21,82	23,28	24,55	25,12	25,44
Rio Grande Sul	7,2	7,77	8,42	9,00	9,55	10,06	10,19	10,30
Paraná	7,27	7,63	8,02	8,37	8,91	9,40	9,57	9,68
Santa Catarina	3,24	3,62	4,05	4,45	4,82	5,09	5,36	5,46
Nordeste	31,28	34,81	38,40	41,74	44,38	46,73	47,75	48,32
Bahia	8,42	9,45	10,58	11,63	12,43	13,09	13,08	13,18
Pernambuco	5,63	6,14	6,61	7,03	7,35	7,72	7,92	8,02
Ceará	4,8	5,29	5,79	6,26	6,73	7,11	7,43	7,55
Paraíba	2,57	2,77	2,97	3,16	3,29	3,45	3,44	3,47
Maranhão	3,46	4	4,43	4,84	5,17	5,45	5,65	5,73
Rio Grande Norte	1,72	1,9	2,14	2,36	2,53	2,67	2,77	2,82
Piauí	1,9	2,14	2,35	2,54	2,66	2,79	2,84	2,88
Alagoas	1,77	1,98	2,23	2,46	2,61	2,75	2,82	2,86
Sergipe	1,01	1,14	1,30	1,46	1,60	1,70	1,78	1,82
Centro-Oeste	6,19	7,55	8,84	9,17	10,32	10,97	11,63	11,88
Goiás	3,37	3,86	4,36	3,93	4,43	4,72	5,00	5,11
Distrito Federal	0,8	1,18	1,37	1,56	1,78	1,90	2,05	2,10
Mato Grosso	2	1,14	1,55	1,94	2,20	2,34	2,51	2,56
Mato Grosso Sul	-	1,37	1,56	1,74	1,90	2,01	2,08	2,11
Norte	4,6	5,88	7,37	9,70	11,07	11,74	12,91	13,28
Pará	2,72	3,4	4,12	4,80	5,41	5,70	6,20	6,35
Amazonas	1,17	1,43	1,74	2,04	2,34	2,50	2,82	2,91
Rondônia	0,23	0,49	0,78	1,07	1,21	1,29	1,38	1,41
Tocantins	-	-	0,00	0,90	1,03	1,10	1,16	1,18
Acre	0,23	0,49	0,36	0,41	0,47	0,51	0,56	0,58
Amapá	0,14	0,18	0,23	0,28	0,36	0,40	0,48	0,50
Roraima	0,06	0,08	0,14	0,20	0,24	0,26	0,32	0,34
Brasil	105,28	119,01	131,98	144,09	155,32	163,95	169,80	172,39

Fonte : IBGE ¹ Preliminar

Tabela 7
Taxas médias de crescimento da População, %

Estados e Regiões	1975/80	1980/85	1985/90	1990/95	1995/00	1995/01
Sudeste	2,64	1,92	1,63	1,45	1,78	1,73
São Paulo	3,48	2,32	1,96	1,71	1,90	1,86
Rio de Janeiro	2,29	1,25	1,06	1,00	1,57	1,53
Minas Gerais	1,53	1,61	1,37	1,26	1,61	1,56
Espírito Santo	2,33	2,55	2,11	1,70	2,28	2,23
Sul	1,44	1,49	1,27	1,30	1,54	1,49
Rio Grande do Sul	1,54	1,61	1,36	1,19	1,31	1,26
Paraná	0,97	1,01	0,85	1,26	1,44	1,40
Santa Catarina	2,24	2,29	1,89	1,59	2,14	2,09
Nordeste	2,16	1,98	1,68	1,23	1,48	1,43
Bahia	2,33	2,28	1,92	1,33	1,03	0,99
Pernambuco	1,75	1,48	1,25	0,90	1,50	1,46
Ceará	1,96	1,83	1,57	1,46	1,99	1,94
Paraíba	1,51	1,43	1,22	0,81	0,93	0,88
Maranhão	2,94	2,07	1,77	1,34	1,79	1,74
Rio Grande do Norte	2,01	2,39	2,03	1,40	1,83	1,78
Piauí	2,41	1,86	1,59	0,93	1,36	1,31
Alagoas	2,27	2,40	2,00	1,20	1,56	1,51
Sergipe	2,45	2,71	2,26	1,90	2,18	2,13
Centro-Oeste	4,05	3,21	0,74	2,39	2,43	2,38
Goiás	2,75	2,47	-2,06	2,42	2,46	2,41
Distrito Federal	8,08	3,08	2,58	2,73	2,77	2,73
Mato Grosso	-10,63	6,28	4,64	2,55	2,63	2,59
Mato Grosso do Sul	-	2,63	2,21	1,80	1,77	1,73
Norte	5,03	4,61	5,65	2,70	3,11	3,07
Pará	4,56	3,90	3,11	2,45	2,74	2,69
Amazonas	4,10	4,01	3,20	2,81	3,78	3,73
Rondônia	16,33	9,87	6,40	2,57	2,59	2,54
Tocantins	-	-	-	2,62	2,42	2,38
Acre	5,46	3,43	2,73	3,06	3,38	3,33
Amapá	5,15	4,81	4,09	5,52	5,54	5,49
Roraima	5,92	12,22	7,46	3,47	6,06	6,01
Brasil	2,48	2,09	1,77	1,51	1,80	1,75

Fonte : Tabela 6.

O Nordeste e o Sul têm menor crescimento populacional (1,43 % e 1,49 % ao ano, respectivamente) do que a média nacional (1,75 %) no período pós 1995. E com exceção do Estado do Maranhão (por ser uma área nova) esta regra é válida para todo Nordeste, e com poucos desvios, para as demais regiões. Tanto as áreas de colonização recente (Maranhão e Estados do Norte e Centro-Oeste), como os de renovação econômica (Paraná, por exemplo) e o pólo inicial de expansão (São Paulo) tem crescimento da população acima dos demais. A única exceção é Minas Gerais, que apesar da renovação da última década, apresenta crescimento populacional mais baixo.

A diversidade da economia brasileira atinge ainda a dimensão da densidade populacional. No agregado, a densidade nacional é pequena - menos de 20 habitantes por km², visto na Tabela 1 anterior e com mais detalhes na Tabela 8. Densidade menor é encontrada no Canadá, com três habitantes por km² e a Federação da Rússia (antiga URSS), com menos de 9 habitantes por km², e em claro contraste com os quase 340 habitantes por km² do Japão; os 300 na Índia; e os 128 na China, para citar apenas os países com grande extensão territorial. No nosso espaço nacional, coexistem regiões e estados com vazios populacionais, como os dois habitantes por km² em Roraima e Amazonas, e estados com maior densidade, como Rio de Janeiro, com 334 habitantes por km².

Tabela 8
Densidade populacional, habitantes/km²

Estados e Regiões	Área, mil km ²	Densidade, hab./km ²				Taxa de variação, %		
		1980	1990	1995	2001	1980	1990	1995
Sudeste	924,26	55,97	66,71	71,70	79,49	1,77	1,45	1,73
São Paulo	248,25	100,87	124,65	135,69	151,52	2,14	1,71	1,86
Rio de Janeiro	43,65	258,65	290,00	304,79	333,80	1,15	1,00	1,53
Minas Gerais	586,62	22,81	26,44	28,15	30,90	1,49	1,26	1,56
Espírito Santo	45,73	44,17	55,63	60,53	69,10	2,33	1,70	2,23
Sul	575,31	33,08	37,94	40,46	44,21	1,38	1,30	1,49
Rio Grande Sul	280,67	27,68	32,08	34,03	36,69	1,49	1,19	1,26
Paraná	199,32	38,28	41,98	44,69	48,57	0,93	1,26	1,40
Santa Catarina	95,31	37,98	46,71	50,55	57,24	2,09	1,59	2,09
Nordeste	1833,32	18,99	22,77	24,21	26,36	1,83	1,23	1,43
Bahia	566,97	16,67	20,51	21,92	23,25	2,10	1,33	0,99
Pernambuco	101,02	60,78	69,60	72,78	79,38	1,36	0,90	1,46
Ceará	149,07	35,49	42,00	45,16	50,67	1,70	1,46	1,94
Paraíba	53,95	51,34	58,55	60,95	64,24	1,32	0,81	0,88
Maranhão	101,02	39,60	47,90	51,19	56,77	1,92	1,34	1,74
Rio Grande Norte	53,16	35,74	44,48	47,68	53,01	2,21	1,40	1,78
Piauí	251,27	8,52	10,10	10,58	11,44	1,72	0,93	1,31
Alagoas	29,1	68,04	84,60	89,79	98,23	2,20	1,20	1,51
Sergipe	21,86	52,15	66,67	73,26	83,15	2,49	1,90	2,13
Centro-Oeste	1604,85	4,70	5,71	6,43	7,40	1,96	2,39	2,38
Goiás	340,16	11,35	11,56	13,03	15,03	0,18	2,42	2,41
Distrito Federal	5,79	203,80	269,33	308,13	362,11	2,83	2,73	2,73
Mato Grosso	901,42	1,26	2,15	2,44	2,84	5,46	2,55	2,59
Mato Grosso Sul	357,47	3,83	4,87	5,32	5,90	2,42	1,80	1,73
Norte	3574,23	1,65	2,71	3,10	3,71	5,13	2,70	3,07
Pará	1246,83	2,73	3,85	4,34	5,09	3,50	2,45	2,69
Amazonas	1567,95	0,91	1,30	1,49	1,86	3,60	2,81	3,73
Rondônia	238,37	2,06	4,49	5,09	5,92	8,12	2,57	2,54
Tocantins	278,42	...	3,24	3,69	4,25		2,62	2,38
Acre	153,69	1,95	2,64	3,07	3,74	3,08	3,06	3,33
Amapá	142,35	1,26	1,95	2,56	3,52	4,45	5,52	5,49
Roraima	225,01	0,36	0,91	1,07	1,53	9,81	3,47	6,01
Brasil	8511,99	13,98	16,93	18,25	20,25	1,93	1,51	1,75

Fonte: IBGE.

O resultado líquido do crescimento do Produto Interno Bruto e da população é observado na renda percapita, nas tabelas a seguir. Os níveis mais elevados encontram-se no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, e os mais baixos no Nordeste. Porém, há clara evidência de desconcentração regional da renda percapita: o coeficiente de variação (desvio-padrão dividido pela média) da renda percapita em 2000 atingiu 0,41 contra 0,52 em 1990 e 0,73 em 1970,

As diferenças regionais no potencial de crescimento do padrão de vida tornam-se visíveis com a Tabela 10. As regiões com crescimento mais dinâmico assinaladas nas tabelas anteriores tiveram melhoria significativa, com destaque para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rondônia, Tocantins, e diversos estados do Nordeste. Considerando o estoque de fatores de produção destas regiões, a qualidade administrativa de algumas delas, e o espírito empresarial, podemos afirmar que este é o Brasil Novo, para onde devem fluir os capitais no novo surto de crescimento.

Esta visão favorável encontra um forte contraste com a quase estagnação de São Paulo, e a perda de dinamismo do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A solução para estas regiões retomarem o crescimento é a reforma radical do seu parque econômico, da mentalidade das classes dirigentes e empresariais, as inviáveis (considerando a quebra do Estado) benesses do Governo Central, e pesados investimentos. É uma aposta de alto risco, considerando as alternativas de crescimento mais sadio de outras regiões.

Tabela 9
 Produto Interno Bruto percapita, em R\$ de 2001

Estados e Regiões	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2001
Sudeste	7.660	9.230	8.572	8.560	9.245	9.393	9.393
São Paulo	10.189	11.520	10.425	10.733	10.987	11.020	11.007
Rio de Janeiro	8.140	9.336	8.568	7.695	9.032	9.533	9.553
Minas Gerais	3.649	5.405	5.378	5.376	6.157	6.281	6.292
Espírito Santo	3.094	5.580	6.072	5.848	7.501	7.270	7.235
Sul	5.419	6.840	6.764	7.487	8.019	8.247	8.267
Rio Grande Sul	6.350	7.825	7.586	8.104	9.070	8.870	8.911
Paraná	4.839	5.793	5.980	6.803	6.955	7.729	7.755
Santa Catarina	4.667	6.953	6.609	7.524	7.901	7.985	7.957
Nordeste	1.899	2.639	2.977	2.765	3.005	3.205	3.214
Bahia	2.356	3.518	4.100	3.466	3.478	3.851	3.880
Pernambuco	2.564	3.163	3.214	3.393	3.835	3.937	3.948
Ceará	1.442	2.235	2.410	2.321	2.997	3.148	3.142
Paraíba	1.448	1.812	1.957	2.401	2.614	2.763	2.787
Maranhão	1.131	1.624	1.358	1.480	1.581	1.680	1.680
Rio Grande Norte	1.824	2.563	2.958	2.725	3.012	3.303	3.302
Piauí	1.012	1.349	1.361	1.583	1.931	1.995	2.003
Alagoas	1.899	2.570	3.115	2.575	2.495	2.730	2.736
Sergipe	2.117	2.622	5.718	3.539	3.562	3.651	3.637
Centro-Oeste	3.564	5.501	4.407	5.047	6.043	6.466	6.425
Goiás	2.426	3.394	3.354	4.000	4.328	4.295	4.267
Distrito Federal	9.204	13.020	8.063	9.268	11.975	13.014	12.889
Mato Grosso	1.146	4.088	3.601	3.861	4.778	5.599	5.553
Mato Grosso Sul	-	6.134	4.929	4.949	5.936	6.289	6.290
Norte	2.390	4.362	4.404	4.568	4.368	4.021	3.969
Pará	2.021	3.508	2.998	3.848	3.603	3.223	3.194
Amazonas	3.393	5.945	7.092	8.010	7.586	6.620	6.493
Rondônia	2.726	4.237	4.908	4.108	3.935	4.365	4.331
Tocantins	-	-	-	1.573	1.928	2.182	2.168
Acre	1.777	2.982	2.977	3.059	3.401	3.345	3.293
Amapá	2.260	3.475	4.294	5.192	5.481	3.983	3.841
Roraima	2.877	3.984	3.861	4.932	3.131	3.019	2.897
Brasil	5.094	6.442	6.152	6.226	6.718	6.874	6.873

Fonte: Tabelas 4 e 5.

Tabela 10
Taxas médias de crescimento anual da renda percapita, %

Estados e Regiões	1975/80	1980/85	1985/90	1990/95	1995/00	1995/01
Sudeste	3,80	-1,47	-0,03	1,55	0,32	0,27
São Paulo	2,49	-1,98	0,58	0,47	0,06	0,03
Rio de Janeiro	2,78	-1,70	-2,13	<u>3,25</u>	<u>1,09</u>	<u>0,94</u>
Minas Gerais	8,18	-0,10	-0,01	<u>2,75</u>	0,40	0,36
Espírito Santo	12,52	1,70	-0,75	<u>5,10</u>	-0,62	-0,60
Sul	4,77	-0,22	2,05	1,38	0,56	0,51
Rio Grande do Sul	4,26	-0,62	1,33	<u>2,28</u>	-0,45	-0,29
Paraná	3,66	0,64	2,61	0,44	<u>2,13</u>	<u>1,83</u>
Santa Catarina	8,30	-1,01	2,63	0,98	0,21	0,12
Nordeste	6,80	2,44	-1,47	1,68	1,29	1,13
Bahia	8,35	3,11	-3,30	0,07	<u>2,06</u>	<u>1,84</u>
Pernambuco	4,29	0,32	1,09	<u>2,48</u>	<u>0,53</u>	<u>0,49</u>
Ceará	9,16	1,51	-0,75	<u>5,25</u>	<u>0,99</u>	<u>0,79</u>
Paraíba	4,59	1,55	4,17	<u>1,72</u>	<u>1,11</u>	<u>1,07</u>
Maranhão	7,52	-3,52	1,74	1,33	<u>1,22</u>	<u>1,01</u>
Rio Grande do Norte	7,04	2,91	-1,63	<u>2,02</u>	<u>1,86</u>	<u>1,54</u>
Piauí	5,93	0,18	3,06	<u>4,06</u>	<u>0,65</u>	<u>0,61</u>
Alagoas	6,24	3,92	-3,74	-0,63	<u>1,82</u>	<u>1,55</u>
Sergipe	4,37	16,87	-9,15	0,13	<u>0,50</u>	<u>0,45</u>
Centro-Oeste	9,07	-4,34	2,75	3,67	1,36	1,03
Goiás	6,94	-0,24	3,59	<u>1,59</u>	-0,15	-0,24
Distrito Federal	7,18	-9,14	2,83	<u>5,26</u>	<u>1,68</u>	<u>1,23</u>
Mato Grosso	28,96	-2,50	1,40	<u>4,36</u>	<u>3,22</u>	<u>2,54</u>
Mato Grosso do Sul	...	-4,28	0,08	<u>3,71</u>	<u>1,16</u>	<u>0,97</u>
Norte	12,79	0,19	0,73	-0,89	-1,64	-1,59
Pará	11,65	-3,09	5,12	-1,31	-2,20	-1,99
Amazonas	11,87	3,59	2,47	-1,08	-2,69	-2,56
Rondônia	9,22	2,98	-3,49	-0,86	<u>2,09</u>	<u>1,61</u>
Tocantins	<u>4,16</u>	<u>2,50</u>	<u>1,97</u>
Acre	10,92	-0,04	0,54	<u>2,14</u>	-0,33	-0,53
Amapá	8,98	4,32	3,87	1,09	-6,18	-5,75
Roraima	6,73	-0,63	5,02	-8,69	-0,73	-1,29
Brasil	4,81	-0,92	0,24	1,53	0,46	0,38

Fonte: Tabela 9.

IV – O Índice Potencial de Consumo

A metodologia das Contas Nacionais, explorada na seção anterior, revela as linhas gerais para identificação das correntes de expansão econômica, e pode ser aperfeiçoada com a abertura do consumo por classe de produtos, obtida na Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, do IBGE. Nesta seção examinamos os resultados apresentados pela Gazeta Mercantil, com o Índice Potencial de Consumo – IPC.³ O IPC combina os levantamentos da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE com as estimativas de renda regional, e representa a participação dos gastos de consumo em cada unidade regional no total nacional.

A Tabela 11 reproduz as estatísticas básicas agregadas por estado e região do IPC para 1998 e 2001. As despesas das famílias cresceram 26 % em termos nominais entre 1998 e 2001 e quase 7 % em termos reais (extraída a inflação segundo o deflator implícito das Contas Nacionais). Na leitura da Tabela 11, o consumo das famílias da região Sudeste participou em 54 % do consumo total em 1998 contra 55,7 % em 2001, apesar do aumento de 4 % no valor real. É mais uma confirmação de conclusões anteriores sobre a perda de poder relativo da região Sudeste. Como cresceu menos do que a média nacional, o IPC da região teve uma queda de 1,7 %.

Os maiores ganhos no IPC ocorrem nos estados da região Centro-Oeste, em Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo, e as quedas mais significativas, em São Paulo, Pará, Bahia, Pernambuco e Amazonas. O potencial de consumo permaneceu estável – ou seja, cresceu aproximadamente na mesma taxa do consumo geral – no Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe, Mato Grosso, Rondônia, Tocantins, Acre, Amapá e Roraima. Note-se que as conclusões com o IPC conflitam em algumas regiões com aquelas das seções anteriores.

A decomposição dos gastos de famílias por produtos – aquisição de imóvel residencial, de veículos e de eletrodomésticos – é apresentada na Tabela 12. As despesas com aquisição de imóveis participam com 2,3 %; de veículos, quase 7 %; e de eletrodomésticos, 3,6 %. São percentuais modestos, revelando que no agregado ainda não existe saturação no consumo destes produtos. Existem, portanto boas oportunidades para empresas e instituições financeiras em produtos que facilitem a aquisição destes bens. Mais adiante exploramos a capacidade de exaustão do consumo de bens pela classe de renda C.

³ Gazeta Mercantil, Atlas do Mercado Brasileiro, Ano IV, no.4, março de 2002.

Tabela 11 – Índice Potencial de Consumo, IPC

	1998		2001		Variação %		
	R\$ bilhões	IPC %	R\$ bilhões	IPC %	Nominal	Real ^a	IPC%
Sudeste	322,765	55,66	393,910	53,96	22	4	-1,68
São Paulo	197,577	34,07	228,419	31,29	16	-2	-2,77
Rio de Janeiro	67,431	11,63	84,483	11,57	25	6	-0,05
Minas Gerais	49,341	8,51	67,357	9,23	37	16	<u>0,72</u>
Espírito Santo	8,416	1,45	13,651	1,87	62	37	<u>0,42</u>
Sul	91,425	15,76	132,003	18,09	44	22	2,32
Rio Grande do Sul	41,081	7,08	60,568	8,3	47	25	<u>1,21</u>
Paraná	32,602	5,62	46,040	6,31	41	20	<u>0,69</u>
Santa Catarina	17,742	3,06	25,395	3,48	43	21	<u>0,42</u>
Nordeste	95,451	16,46	122,007	16,7	28	9	0,26
Bahia	27,683	4,77	31,390	4,3	13	-4	-0,47
Pernambuco	20,022	3,45	22,046	3,02	10	-7	-0,43
Ceará	13,920	2,4	17,243	2,36	24	5	-0,04
Paraíba	6,386	1,1	13,429	1,84	110	78	<u>0,74</u>
Maranhão	7,807	1,35	12,361	1,69	58	34	<u>0,35</u>
Rio Grande do Norte	5,951	1,03	8,177	1,12	37	16	0,09
Piauí	4,362	0,75	6,066	0,83	39	18	0,08
Alagoas	5,504	0,95	6,015	0,82	9	-8	-0,13
Sergipe	3,816	0,66	5,280	0,72	38	17	0,07
Centro-Oeste	42,132	7,27	54,731	7,5	30	10	0,25
Goiás	15,080	2,6	20,923	2,87	39	18	<u>0,27</u>
Distrito Federal	12,917	2,23	17,757	2,43	37	16	<u>0,21</u>
Mato Grosso	7,001	1,21	9,001	1,23	29	9	0,03
Mato Grosso do Sul	7,134	1,23	7,050	0,97	-1	-16	-0,26
Norte	28,229	4,88	27,324	3,73	-3	-18	-1,14
Pará	12,969	2,24	10,687	1,46	-18	-30	-0,77
Amazonas	6,763	1,17	5,075	0,7	-25	-36	-0,47
Rondônia	3,364	0,58	4,416	0,6	31	11	0,02
Tocantins	2,233	0,39	2,872	0,39	29	9	0,00
Acre	1,166	0,2	1,907	0,26	64	39	0,06
Amapá	0,980	0,17	1,256	0,17	28	9	0,00
Roraima	0,754	0,13	1,111	0,15	47	25	0,02
Brasil	580,000	100,0	730,000	100,0	26	6,9	-

Fonte dos dados básicos: Gazeta Mercantil. Elaboração SILCON.

^a Segundo o deflator implícito das Contas Nacionais.

Tabela 12 – O Índice Potencial de Consumo, 2001
Aberto por algumas classes de produtos, Valores em R\$ milhões

	Imóvel		Veículo		Eletrodoméstico		Geral	
	R\$	IPC %	R\$	IPC %	R\$	IPC %	R\$	IPC %
Sudeste	8.766,4	54,10	28.802,9	58,63	13.714,3	51,99	393.910	53,96
São Paulo	5.406,7	33,37	17.615,4	35,86	8.089,6	30,67	228.419	31,29
Rio de Janeiro	930,9	5,75	6.076,3	12,37	2.897,4	10,98	84.483	11,57
Minas Gerais	2.284,7	14,10	4.180,8	8,51	2.243,5	8,51	67.357	9,23
Espírito Santo	144,2	0,89	930,4	1,89	483,8	1,83	13.651	1,87
Sul	3.157,9	18,24	11.167,4	21,28	5.625,5	21,33	132.003	18,09
Rio Grande do Sul	2.144,5	12,39	4.821,4	9,19	2.458,6	9,32	60.568	8,30
Paraná	671,5	3,88	4.158,4	7,92	2.009,7	7,62	46.040	6,31
Santa Catarina	341,8	1,97	2.187,7	4,17	1.157,1	4,39	25.395	3,48
Nordeste	2.017,8	12,15	4.796,5	9,46	4.730,4	17,93	122.007	16,70
Bahia	306,5	1,77	1.102,8	2,10	1.148,9	4,36	31.390	4,30
Pernambuco	312,6	1,93	660,7	1,35	976,0	3,70	22.046	3,02
Ceará	547,8	3,38	827,6	1,69	556,9	2,11	17.243	2,36
Paraíba	266,1	1,54	690,3	1,32	594,9	2,26	13.429	1,84
Maranhão	283,3	1,75	588,3	1,20	414,5	1,57	12.361	1,69
Rio Grande Norte	132,4	0,77	356,6	0,68	416,0	1,58	8.177	1,12
Piauí	40,1	0,25	158,7	0,32	191,7	0,73	6.066	0,83
Alagoas	71,3	0,41	168,9	0,32	259,6	0,98	6.015	0,82
Sergipe	57,6	0,36	242,4	0,49	171,7	0,65	5.280	0,72
Centro-Oeste	2.234,3	13,79	4.282,1	8,72	1.413,9	5,36	54.731	7,50
Goiás	950,6	5,87	1.609,6	3,28	515,9	1,96	20.923	2,87
Distrito Federal	679,9	4,20	1.649,5	3,36	497,0	1,88	17.757	2,43
Mato Grosso	313,7	1,94	501,3	1,02	225,4	0,85	9.001	1,23
Mato Grosso Sul	290,1	1,79	521,7	1,06	175,5	0,67	7.050	0,97
Norte	289,2	1,73	963,7	1,91	893,4	3,39	27.324	3,73
Pará	83,0	0,52	349,3	0,71	347,8	1,32	10.687	1,46
Amazonas	34,8	0,20	122,5	0,23	177,3	0,67	5.075	0,70
Rondônia	41,3	0,26	166,3	0,34	142,3	0,54	4.416	0,60
Tocantins	90,5	0,52	178,1	0,34	82,5	0,31	2.872	0,39
Acre	22,4	0,13	80,8	0,15	63,0	0,24	1.907	0,26
Amapá	7,3	0,05	24,8	0,05	43,1	0,16	1.256	0,17
Roraima	9,2	0,06	41,9	0,09	37,2	0,14	1.111	0,15
Brasil	16.465,7	100,00	50.012,6	100,00	26.377,4	100,00	730.000	100

Fonte : Gazeta Mercantil

A dificuldade na obtenção de dados de anos anteriores limita a análise estática comparativa, e as tendências de consumo espacial dos bens selecionados. Os maiores mercados para a aquisição de imóveis – nas condições de financiamento vigentes, ou seja, a conquista deste bem já está em andamento – são, nesta ordem, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Pará, Ceará, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Bahia, Maranhão e Paraíba. Para veículos, a ordem dos mercados se modifica, e os estados do Espírito Santo, Paraíba e Maranhão são adicionados na lista anterior. Finalmente, os gastos com aquisição de eletrodomésticos têm distribuição mais equilibrada, e apenas os estados menores (Piauí, Alagoas, Sergipe, e os da região Norte) mostram baixa participação no IPC. É interessante observar que os estados de Minas Gerais e de Mato Grosso do Sul, que apresentaram despesas importantes com imóveis e veículos, não mantêm a mesma relevância para eletrodomésticos. Por sua vez, os estados de Rio Grande do Norte e Pará têm importância no consumo total de eletrodomésticos, o que não aconteceu com imóveis e veículos.

A conclusão principal e já esperada é de que o padrão de consumo varia entre as regiões, como resultado de inúmeros fatores, inclusive culturais. A implicação – também esperada - para os nossos objetivos é de que as campanhas para lançamento de novos produtos devem ser específicas, obedecendo às particularidades regionais.

V – O Índice Dinâmico de Consumo – IDC

A nível agregado, os dois principais fatores determinantes para o consumo e para a diferenciação de padrões de gastos entre classes de renda e regiões são certamente a renda real e a população (como *proxy* para o número de consumidores). Para os bens duráveis – onde existe a saturação do consumo após a aquisição do produto - o aumento dos gastos responde mais ao crescimento da população (como representativo do número de famílias) do que ao crescimento da renda. Para os bens não duráveis (alimentos, por exemplo), a resposta é maior à renda do que ao crescimento da população.

Seguindo este argumento, desenvolvemos dois indicadores que usam pesos diferentes para as classes de bens duráveis e não duráveis. Por utilizar taxas de crescimento da renda e da população, o indicador é denominado de Índice Dinâmico de Consumo – IDC. O IDC do mercado de bens de consumo durável usa pesos dois para a taxa de crescimento da população e peso um para o crescimento do PIB real. No IDC para os bens não duráveis, os pesos são revertidos: um para população e dois para o PIB. Os pesos são arbitrários, e os indicadores IDC são expressos em relação à média geral. Portanto, um IDC maior (menor) do que um significa que a região/estado apresenta potencial de consumo do produto acima (abaixo) da média nacional. A Tabela 13 mostra os dados, com as células em azul grifado representando os estados com maior tendência de consumo. Embora não seja relevante para os nossos objetivos, apresentamos também o IDC para os bens de consumo não durável.

Mais uma vez, a região Centro-Oeste se destaca com a tendência mais forte de consumo de bens duráveis (e também não duráveis). Em segundo lugar no destaque estão os estados da região Norte (todos); no Sudeste, Paraná, Santa Catarina; e no Nordeste, Ceara, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe. As conclusões acompanham em linhas gerais os resultados anteriores.

Tabela 13 - Índice Dinâmico de Consumo - IDC

Estados e Regiões	Crescimento da População, %		Crescimento Do PIB, %		Índice Dinâmico de Consumo			
	1990/95	1995/01	1990/95	1995/01	Duráveis ^a		Não duráveis ^b	
					1995	2001	1995	2001
Sudeste	1,45	1,73	3,03	2,00	0,97	0,97	0,98	0,95
São Paulo	1,71	1,86	2,19	1,89	0,92	0,99	0,80	0,93
Rio de Janeiro	1,00	1,53	4,29	2,48	<u>1,03</u>	0,98	<u>1,25</u>	<u>1,08</u>
Minas Gerais	1,26	1,56	4,05	1,93	<u>1,08</u>	0,90	<u>1,22</u>	0,90
Espírito Santo	1,70	2,23	6,89	1,62	<u>1,69</u>	<u>1,08</u>	<u>2,03</u>	0,91
Sul	1,30	1,49	2,70	2,01	0,87	0,88	0,88	0,91
Rio Grande Sul	1,19	1,26	3,49	0,97	0,96	0,62	<u>1,07</u>	0,53
Paraná	1,26	1,40	1,71	3,25	0,69	<u>1,07</u>	0,61	<u>1,31</u>
Santa Catarina	1,59	2,09	2,59	2,21	0,95	<u>1,13</u>	0,89	<u>1,08</u>
Nordeste	1,23	1,43	2,93	2,57	0,89	0,96	0,93	1,09
Bahia	1,33	0,99	1,40	2,84	0,67	0,85	0,54	<u>1,11</u>
Pernambuco	0,90	1,46	3,40	1,95	0,85	0,86	<u>1,01</u>	0,89
Ceará	1,46	1,94	6,79	2,75	<u>1,59</u>	<u>1,17</u>	<u>1,97</u>	<u>1,23</u>
Paraíba	0,81	0,88	2,54	1,96	0,68	0,66	0,77	0,80
Maranhão	1,34	1,74	2,69	2,77	0,88	<u>1,11</u>	0,88	<u>1,21</u>
Rio Grande Norte	1,40	1,78	3,45	3,35	<u>1,02</u>	<u>1,23</u>	<u>1,08</u>	<u>1,41</u>
Piauí	0,93	1,31	5,03	1,93	<u>1,13</u>	0,81	<u>1,44</u>	0,86
Alagoas	1,20	1,51	0,56	3,08	0,49	<u>1,08</u>	0,30	<u>1,27</u>
Sergipe	1,90	2,13	2,04	2,49	0,96	<u>1,20</u>	0,78	<u>1,18</u>
Centro-Oeste	2,39	2,38	6,14	3,43	1,79	1,45	1,92	1,53
Goiás	2,42	2,41	4,05	2,17	<u>1,46</u>	<u>1,24</u>	<u>1,38</u>	<u>1,12</u>
Distrito Federal	2,73	2,73	8,13	3,99	<u>2,23</u>	<u>1,67</u>	<u>2,48</u>	<u>1,78</u>
Mato Grosso	2,55	2,59	7,02	5,19	<u>1,99</u>	<u>1,83</u>	<u>2,17</u>	<u>2,15</u>
Mato Grosso Sul	1,80	1,73	5,58	2,71	<u>1,51</u>	<u>1,09</u>	<u>1,69</u>	<u>1,19</u>
Norte	2,70	3,07	1,78	1,43	1,18	1,34	0,82	0,98
Pará	2,45	2,69	1,11	0,65	0,99	<u>1,07</u>	0,61	0,66
Amazonas	2,81	3,73	1,70	1,07	<u>1,20</u>	<u>1,51</u>	0,81	0,97
Rondônia	2,57	2,54	1,69	4,19	<u>1,12</u>	<u>1,64</u>	0,78	<u>1,81</u>
Tocantins	2,62	2,38	6,89	4,40	<u>1,99</u>	<u>1,62</u>	<u>2,15</u>	<u>1,85</u>
Acre	3,06	3,33	5,27	2,78	<u>1,87</u>	<u>1,67</u>	<u>1,78</u>	<u>1,47</u>
Amapá	5,52	5,49	6,67	-0,58	<u>2,91</u>	<u>1,84</u>	<u>2,47</u>	0,72
Roraima	3,47	6,01	-5,52	4,64	0,23	<u>2,95</u>	-0,99	<u>2,54</u>
Brasil	1,51	1,75	3,07	2,14	1,00	1,00	1,00	1,00

Elaboração SILCON, ^a Peso 1 para população e 2 para PIB, ^b Peso 2 para população e 1 para PIB.

VI – O Potencial de consumo da Classe C

A expansão da economia informal e a mobilidade social trouxeram mudanças importantes no padrão de consumo das classes sociais. O melhor exemplo é encontrado na Classe C (de quatro a dez salários mínimos), que representa hoje um mercado de consumo crescente e importante. A compreensão deste fato serve para o estabelecimento de políticas específicas das empresas para capturar estes consumidores. Estimativas apontam que entre 1992 e 2000, a Classe C cresceu cerca de 3,4 milhões de famílias e tem um potencial de consumo de cerca de R\$ 226 bilhões anuais.⁴ Enquanto as classes A e B já estão com o seu consumo próximo a saturação, e para as quais a criação de nova demanda via propaganda é custosa e exige marketing arriscado, a classe C (e também a classe D, com renda abaixo de quatro salários mínimos e sujeita a maior inadimplência) ainda não tem suas necessidades atendidas, embora com renda real crescente. Na verdade, as necessidades de consumo da classe C ainda são pouco conhecidas, o que abre oportunidades de negócios às empresas que lançarem produtos para este mercado.

A Tabela 14 lista a distribuição da renda por classes sociais para 2001. Note-se que a Tabela 14 apresenta a decomposição da renda total, enquanto as Tabelas 11 e 12 anteriores utilizavam as despesas de consumo. A classe A lidera os gastos, com participação de mais da metade do total, e as classes D e E, com gastos estimados de 20 % do total, ou cerca de R\$ 163 bilhões. A Tabela 15 é específica aos gastos da classe C e decompõe a situação de um conjunto de bens, segundo a pesquisa de mercado, por entrevistas realizadas pela consultoria BCG. No geral, a classe C já tem atendida as necessidades de bens não duráveis básicos, e a aspiração mais importante é a aquisição de bens duráveis.

Tabela 14 – Os gastos das classes sociais, 2001

Classe	Intervalo de renda, em salários mínimos.	Domicílios	Consumo	Renda, R\$ bilhões
A e B	Maior que 10	19 %	52 %	428,0
C	De 4 a 10	30 %	28 %	226,0
D e E	Abaixo de 4	51 %	20 %	163,0
Total	-	100 %	100 %	817,0

⁴ Barreto, Fernando e Renata Bochi, Mercados pouco explorados: descobrindo a Classe C, (São Paulo, The Boston Consulting Group, março de 2002)

Fonte : Barreto e Bochi, op.cit.

Tabela 15 - Situação do consumo da Classe C

Produtos :	Possuem o produto	Situação do mercado
Televisor	100 %	Já atendido
Rádio	100 %	Já atendido
Geladeira	100 %	Já atendido
Telefone fixo	69 %	Em conquista
Videocassete	67 %	Em conquista
Casa própria	63 %	Em conquista
Máquina de lavar roupa	56 %	Em conquista
Automóvel	42 %	Em conquista
Telefone celular	35 %	A conquistar
Freezer	27 %	A conquistar
Forno de microondas	24 %	A conquistar
Aspirador de pó	14 %	Futuro
Computador	8 %	Futuro
TV por assinatura	4 %	Futuro
Acesso a Internet a domicilio	4 %	Futuro
Empregada mensalista	2 %	Futuro

Fonte : Pesquisa de mercado, BCG, março 2002.

VI - Consolidando os resultados

A Tabela 16 resume as conclusões obtidas com as diversas óticas. O critério de pontuação do potencial de cada estado é dado pelo número de destaques em cada critério. O estado com destaque nos quatro indicadores recebe grau AA; com três indicadores, A; com dois, B; com apenas um, grau C; e sem pontuação, grau D. Note-se que o fato de um estado não apresentar grau acima da média (ou seja, os estados com grau D) em um dos indicadores não significa que seja um mercado de consumo exaurido. Significa apenas que tem um potencial relativo inferior ao de outros estados.

As conclusões finais podem ser assim resumidas:

- Os estados/regiões com maior potencial de expansão econômica são assinalados com grau AA e correspondem a Paraná, Maranhão, e Distrito Federal,
- Em segundo lugar (grau A) estão todos os estados da região Centro-oeste, e mais Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe,
- Com pontuação B, temos Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Paraíba, Acre e Roraima.
- Com pontuação C: Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Piauí, Pará e Amazonas.
- O único estado sem pontuação (ou seja, grau D) foi São Paulo.

Tabela 16 – Comparação entre metodologias
Estados ordenados pela importância no potencial de consumo

Estados :	Contas Nacionais		IPC ^c	IDC ^d	Classificação de regiões
	PIB real ^a	Renda pcp ^b			
Sudeste	2,00	0,27	-1,68	0,97	-
São Paulo	1,89	0,03	-2,77	0,99	D
Rio de Janeiro	<u>2,48</u>	<u>0,94</u>	-0,05	0,98	B
Minas Gerais	1,93	0,36	<u>0,72</u>	0,90	C
Espírito Santo	1,62	-0,60	<u>0,42</u>	<u>1,08</u>	B
Sul	2,01	0,51	2,32	0,88	-
Rio Grande Sul	0,97	-0,29	<u>1,21</u>	0,62	C
Paraná	<u>3,25</u>	<u>1,83</u>	<u>0,69</u>	<u>1,07</u>	AA
Santa Catarina	<u>2,21</u>	0,12	<u>0,42</u>	<u>1,13</u>	A
Nordeste	2,57	1,13	0,26	0,96	-
Bahia	<u>2,84</u>	<u>1,84</u>	-0,47	0,85	B
Pernambuco	1,95	<u>0,49</u>	-0,43	0,86	C
Ceará	<u>2,75</u>	<u>0,79</u>	-0,04	<u>1,17</u>	A
Paraíba	1,96	<u>1,07</u>	<u>0,74</u>	0,66	B
Maranhão	<u>2,77</u>	<u>1,01</u>	<u>0,35</u>	<u>1,11</u>	AA
Rio Grande Norte	<u>3,35</u>	<u>1,54</u>	0,09	<u>1,23</u>	A
Piauí	1,93	<u>0,61</u>	0,08	0,81	C
Alagoas	<u>3,08</u>	<u>1,55</u>	-0,13	<u>1,08</u>	A
Sergipe	<u>2,49</u>	<u>0,45</u>	0,07	<u>1,20</u>	A
Centro-Oeste	3,43	1,03	0,25	1,45	-
Goiás	<u>2,17</u>	-0,24	<u>0,27</u>	<u>1,24</u>	A
Distrito Federal	<u>3,99</u>	<u>1,23</u>	<u>0,21</u>	<u>1,67</u>	AA
Mato Grosso	<u>5,19</u>	<u>2,54</u>	0,03	<u>1,83</u>	A
Mato Grosso Sul	<u>2,71</u>	<u>0,97</u>	-0,26	<u>1,09</u>	A
Norte	1,43	-1,59	-1,14	1,34	-
Pará	0,65	-1,99	-0,77	<u>1,07</u>	C
Amazonas	1,07	-2,56	-0,47	<u>1,51</u>	C
Rondônia	<u>4,19</u>	<u>1,61</u>	0,02	<u>1,64</u>	A
Tocantins	<u>4,40</u>	<u>1,97</u>	0,00	<u>1,62</u>	A
Acre	<u>2,78</u>	-0,53	0,06	<u>1,67</u>	B
Amapá	-0,58	-5,75	0,00	<u>1,84</u>	C
Roraima	<u>4,64</u>	-1,29	0,02	<u>2,95</u>	B
Brasil	2,14	0,38	-	1,00	-

^a Tabela 5. ^b Renda percapita, Tabela 10. ^c Tabela 11. ^d Tabela 13.

RELATÓRIOS SILCON

A SILCON/C.R.Contador & Associados produz duas séries de textos, distribuídos regularmente aos seus clientes:

- 1 - Carta Mensal - Cenários & Previsões, publicação mensal com análise de temas conjunturais, cenários macroeconômicos, e previsões baseadas na técnica de indicadores antecedentes. Disponível apenas aos clientes da SILCON.
- 2 - Relatórios SILCON (RS), com a divulgação de pesquisas sobre temas diversos, elaboradas pela equipe da Consultoria.

Para maiores informações utilize o e-mail : contador@npoint.com.br

RS033 - Macroeconomia e seguros : a montagem de cenários estratégicos, setembro de 1998

O relatório descreve a aplicação de simuladores na montagem de cenários para o mercado de seguros. Após uma discussão de conceitos básicos sobre a metodologia de montagem de cenários para o planejamento estratégico, o texto identifica os principais fatores macroeconômicos que afetam o comportamento do setor de seguros no Brasil. Em seguida, os coeficientes são utilizados para desenvolver um simulador de cenários setoriais acoplado ao ambiente macroeconômico. Este enfoque permite a construção de cenários estruturados, com consistência entre as variáveis. O texto serviu de base para o desenvolvimento da versão inicial do simulador de cenários para o mercado de seguros no Brasil, com o detalhamento do valor do prêmio por ramos de seguro.

RS034 - Carteiras de investimento e imóveis: os ganhos com a diversificação no Brasil, outubro de 1998

A pesquisa aborda uma questão de interesse para os investidores, principalmente os institucionais: quais os ganhos com a inclusão de imóveis e seus títulos representativos para o retorno-risco da

carteira. Foi constatado que a correlação entre os retornos entre imóveis e os demais ativos é baixa, ou seja, a associação entre os retornos leva à conclusão de que inclusão de aplicações imobiliárias na carteira é benéfica. Por outro lado, a correlação entre os retornos em imóveis e a taxa de inflação apresenta valor negativo, ou seja, as aplicações em imóveis não funcionaram como uma proteção contra inflação no período da análise.

RS035 - Os efeitos da regulação nos investidores institucionais, novembro de 1998

Com frequência os administradores de carteiras institucionais reclamam da regulação excessiva que impede a montagem de carteiras mais eficientes das suas reservas e provisões técnicas. Este relatório confirma que de fato existe uma queda de retorno, para um dado nível de risco, ou seja, ocorre um deslocamento para baixo da fronteira eficiente. Entretanto, a administração das carteiras institucionais peca pela pouca eficiência, e esta perda de rentabilidade supera a queda de rentabilidade causada pela regulação. São examinadas três classes de investidores institucionais: as seguradoras; as empresas de capitalização; e os fundos de pensão privados abertos.

RS036 - Administrando as reservas técnicas das seguradoras : três questões, dezembro de 1998

O artigo resume os resultados de duas teses e versa sobre três questões importantes relativas à administração das reservas técnicas das seguradoras. Primeiro foi constatado que a regulação reduz o retorno das carteiras em cerca de 1,8 % do valor do total de reservas. Segundo existe uma perda decorrente do mau gerenciamento das reservas, em torno de 3,2 %. Finalmente, o trabalho mostra como a ampliação do número de ativos pode potencialmente ampliar o desempenho da administração.

RS037 - Planejamento estratégico, *market share* e a economia, janeiro de 1999

A utilização de cenários macroeconômicos para a montagem do planejamento estratégico de empresas exige algumas condições. Uma delas é o tamanho da empresa. Uma pesquisa realizada entre

executivos confirma que as empresas menores se preocupam menos com aspectos macroeconômicos do que as maiores, enquanto os fatores gerenciais são relativamente mais importantes para as pequenas e médias empresas.

RS038 - Ajuste fiscal, câmbio e inflação : cenários 1999-2000, fevereiro de 1999

Uma questão central na definição do futuro da economia brasileira se resume na combinação entre a desvalorização cambial, a taxa de inflação, e a credibilidade do governo. Se a equipe econômica e o Executivo conseguirem convencer a sociedade de que a mudança do regime cambial não desencadeia o processo inflacionário, a taxa real de cambio aumenta, a desvalorização melhora o saldo comercial, beneficia as exportações e o produto nacional, estimula a atividade interna e permite a queda mais rápida dos juros reais. Se, por outro lado, a expectativa de inflação disparar, ressurge a indexação informal, a desvalorização cambial nominal é perdida, e a crise se amplia. Portanto, o convencimento, a seriedade e o exemplo são fundamentais neste momento, como discute o relatório.

RS039 - Previsões e cenários econômicos: a arte e o engano, setembro de 1999

Existe uma ampla confusão entre os conceitos de previsão e de simulação. O texto esclarece os objetivos e limitações de cada técnica, enfatizando o emprego de instrumentos quantitativos modernos no desenvolvimento de simuladores tanto a nível macroeconômico como setoriais. A experiência tem demonstrado que os erros raramente superam 3 %. nos simuladores setoriais em operação desde 1986. A montagem de cenários sofre pouco crédito devido ao uso inadequado, mas, bem aplicado pode fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso para as organizações.

RS040 - Insolvências : acompanhamento e previsão, fevereiro de 1999

O relatório descreve os indicadores antecedentes para os ciclos de insolvência de consumidores, do comércio varejista e da Indústria em geral. São construídos índices de insolvência para cada classe de

agente e em seguida, o texto mostra as etapas de construção do sistema de previsão.

RS041 - Uma contribuição à história do seguro no Brasil, outubro de 1999

O relatório resume os resultados de uma pesquisa que resgata a história do mercado de seguros brasileiro desde 1929. Os dados compreendem o valor anual do prêmio total e o seu detalhamento por ramo de seguro. Os dados são exploratórios, e levantam algumas questões que devem ser exploradas em pesquisas mais específicas.

RS042 – Mercado de Capitalização: o resgate da história e os cenários futuros, novembro de 1999

Os títulos de capitalização já foram uma importante forma de formação de poupança familiar no Brasil, em particular antes de 1994. Nesta pesquisa, recuperamos a história do mercado de capitalização desde 1939 e a partir daí identificamos os principais fatores determinantes do seu mercado. Com os resultados empíricos, desenvolvemos um simulador setorial de cenários, nos moldes do que foi realizado com sucesso para o mercado de seguros. Acoplando o simulador setorial a um conjunto de cenários macroeconômicos, mostramos como desenvolver cenários estruturados para o mercado de capitalização.

RS043 – A Indústria de TV por assinatura: os fatores de demanda e as perspectivas no Brasil, dezembro de 1999

O mercado de TV por assinatura está em franca expansão no Brasil. Este relatório examina os principais determinantes da expansão e da sua evolução, e estima o seu potencial utilizando uma análise comparativa com outros países. Os resultados empíricos podem ser aproveitados para o planejamento estratégico das empresas operadoras e de agências de regulação.

RS044 - Previsão com Indicadores Antecedentes, janeiro de 2000

A técnica dos indicadores antecedentes tem uma ampla utilização tanto para a política macroeconômica de curto prazo, como – e de forma crescente – para as empresas e organizações nas suas decisões de formação de estoques, política de vendas, nível de produção e de

vendas, negociação com fornecedores e clientes, etc. Este relatório apresenta em linguagem didática a metodologia, suas possibilidades e vantagens sobre as técnicas de previsão convencionais dos ciclos. É uma leitura indispensável para os interessados e usuários da técnica dos indicadores antecedentes. O relatório acompanha o sistema SIA[®] – Sistema de Indicadores Antecedentes. Por enquanto é distribuído apenas aos clientes da SILCON.

RS045 – Eficiência, produtividade e tecnologia: avaliação do desempenho de empresas, março de 2000

O relatório apresenta mais uma linha de serviços prestados pela consultoria, voltado para o crescimento das empresas. Num ambiente competitivo, as empresas enfrentam quatro desafios: (a) organizar eficientemente a produção; (b) administrar os custos; (c) atender as necessidades do seu mercado; e (d) garantir o acesso a fontes de financiamento para expansão e modernização. O relatório aborda os dois primeiros itens : a tecnologia de produção e a forma com que os fatores de produção são combinados entre si para geração de um produto ou uma linha de produtos, onde a forma de combinação considera os custos e preços de fatores. A metodologia identifica os pontos fracos e fortes de uma empresa ou departamento em comparação com organizações similares, e quantifica os ganhos potenciais com a reestruturação e reajustes internos. O relatório aponta um exemplo com o mercado fonográfico brasileiro.

RS046 – Metas inflacionárias e política econômica: o emprego de indicadores antecedentes, abril de 2000

A implantação de metas inflacionárias, como critério para o acompanhamento da política monetária permite demonstrar as vantagens da técnica dos indicadores antecedentes como instrumento paralelo aos modelos econométricos desenvolvidos pelo Banco Central. O relatório mostra os detalhes da construção do indicador antecedente agregado para a inflação no Brasil. Disponível também em inglês.

RS047 – Indicadores antecedentes : uma bibliografia básica, abril de 2000

O relatório – sistematicamente atualizado – reproduz a bibliografia básica da metodologia dos indicadores antecedentes para a previsão cíclica.

RS048 - Economic activity in 2001 : what the leading indicators forecast, dezembro de 2000

O trabalho foi apresentado num seminário organizado e patrocinado pela CEPAL/FGV/IPEA em dezembro de 2000, e mostra as previsões para a atividade econômica em 2001 através de indicadores antecedentes para o crescimento do PIB real, Indústria geral e Construção civil.

RS049 - Identificação e seleção de variáveis na montagem de indicadores antecedentes, fevereiro de 2001

O relatório discute de forma didática dois temas cruciais para a montagem de indicadores antecedentes compostos : a identificação de antecedência entre variáveis e a eliminação da informação redundante. Testes estatísticos adequados mostram que uma lista de variáveis-insumo, bem escolhida e com conteúdo informacional não (ou pouco) redundante, oferece vantagens em comparação com uma composição mais extensa.

RS050 - Cenários macroeconômicos 2001-02: efeitos da restrição energética, junho de 2001

A crise no abastecimento da energia elétrica em 2001 gerou diversos impactos importantes na economia brasileira. O relatório traça o histórico recente dos fatos que geraram a crise, mostra as condições vigentes no momento da crise, e discute os cenários macroeconômicos para 2001 e 2002.

RS051 - O financiamento da retomada: desafios e oportunidades, junho de 2002

A opinião corrente é de que o aumento da poupança agregada é um pré-requisito para o crescimento econômico a taxas mais elevadas. O relatório discute esta afirmativa, apontando a possibilidade de taxas mais altas de crescimento mesmo com a formação de poupanças nos

níveis atuais. As reformas do sistema financeiro e fiscal são condições mais importantes.

RELATÓRIOS SILCON

A consultoria SILCON Estudos Econômicos produz duas séries de relatórios, distribuídos aos seus clientes:

- 1 - Carta Mensal - Cenários & Previsões, publicação mensal com análise de temas conjunturais, cenários macroeconômicos, e previsões baseadas na técnica de indicadores antecedentes. Disponível apenas aos clientes da SILCON e aos assinantes cadastrados.
 - 2 - Relatórios SILCON (RS), com a divulgação de pesquisas sobre temas diversos, elaboradas pela equipe da Consultoria.
-

SILCON Estudos Econômicos Ltda
C.R. Contador & Associados
Av. 13 de Maio, 23 – grupo 2029-31
CEP 20031-007 Rio de Janeiro, RJ

Para informações sobre as publicações e os serviços prestados pela nossa empresa, acesse a nossa *home-page* : www.silcon.ecn.br
ou nos contate pelo e-mail : diretoria@silcon.ecn.br
Telefone : (0xx21) 2240 2656 – fax: (0xx-21) 2210 1035.